Pagina Capoarte

ARTIGOS

A Guarda Negra: a capoeira no palco da política

Carlos Eugênio Líbano Soares

Antes que um fenômeno apertado na estreita margem entre o 13 de maio de 1888 e o 15 de novembro de 1889, a Guarda deita raízes mais profundas em outra manifestação da cultura brasileira, que, somente há poucos anos, começou a ter sua história retirada das sombras: a capoeira.

A Guarda Negra: a capoeira no palco da política

Esses negros estariam movidos por sentimentos de subserviência, introjetados durante séculos de escravidão, por isso não tinham capacidade de perceber que a oposição à Monarquia era bem anterior à Lei Áurea e que o republicanismo fora alimentado por longos anos também pela perpetuação do regime do cativeiro, obra da Monarquia em toda sua história.

Dominados por sentimentos ultrapassados, pré-modernos, primitivos (na linguagem da época), esses negros estavam condenados pela modernidade. Seu mundo de-sapareceria quando o regime monárquico fosse extinto, no caso após o 15 de novembro de 1889, quando a Monar-quia caiu como um castelo de cartas. Esse era o sentimen-to de grande parte da intelectualidade brasileira da virada do século XX.

Outra visão emana dos artigos do jornal *Cidade do Rio*, dirigido pelo jornalista negro José do Patrocínio. Entusiasta da Abolição, via a Guarda Negra, nos seus primeiros meses, como a encarnação da vontade política da gente negra re-cém-arrancada do cativeiro. Após séculos de servidão, essa população podia, pela primeira vez, expressar-se politica-mente em praça pública, e, logicamente, sua mensagem era de apoio à medida que a tinha tirado das senzalas, mesmo que manifesta no calor da hora do radicalismo político do contexto da Abolição, à sombra do ressentimento de cente-nas de fazendeiros, antigos pilares do Império, que perderam suas propriedades e não foram indenizados, e de republica-nos irados pela súbita popularidade alcançada pela monar-quia, na construção da imagem de “Isabel a Redentora”.[3]

Essas visões polarizadas foram tragadas pela avalanche política do Quinze de Novembro. A República colocou-se como uma pá de cal nesse aceso debate, que foi visto como parte de um passado já extinto, que tinha de ser jogado nos museus da memória, substituído pelas novas questões que o regime recém-implantado colocava na ordem do dia: cidada-nia, modernização política, emigração, federalismo...

A nova historiografia brasileira, que veio à luz nos centenários da Abolição e da República, ao fim da década de 1980, trouxe novas temáticas e novas evidências que a história oficial não suspeitava. E por caminhos também inesperados.

A Guarda Negra foi um dos alvos dessa revisão da história brasileira, que ainda não acabou. Antes que um fenômeno apertado na estreita margem entre o 13 de maio de 1888 e o 15 de novembro de 1889, a Guarda deita raízes mais profundas em outra manifestação da cultura brasileira, que, somente há poucos anos, começou a ter sua história retirada das sombras: a capoeira.

---

(1) A Lei Áurea foi assinada em 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão no Brasil.
(2) Para um retrato do sentimento anti-Guarda Negra latente na elite branca da época, ver os artigos de Rui Barbosa escritos no jornal Diário de Notícias em 1889. BARBOSA, Rui. Campanhas Jornalísticas. Império (1869-1889. Obras Seletas, v. 6, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956 (principalmente o artigo intitulado “A arvore da desordem” publicado em 18 de agosto de 1889), pp. 189-192.
(3) Para a construção da imagem da “Loura mãe dos brasileiros” ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Dos males da dádiva: sobre as ambigüidades no processo da Abolição brasileira” in GOMES, Flávio dos Santos & CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Quase-cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

Vista por décadas como manifestação trazida da África, desenvolvida pelos escravos nas senzalas dos primórdios da colônia e transplantada para o Quilombo dos Palmares até alçar vôo como marca da cultura negra, a capoeira lentamente passa a ser relida como criação da cultura escrava no Brasil, criada por africanos e *crioulos* (pretos nascidos no Brasil) no ambiente urbano, e que teve seu espaço de atuação nas vilas e cidades do último século da colonização portuguesa. De forma de resistência aos senhores e ao Estado escravista, passa a ser vista como instrumento de dissuasão dos confl itos internos dentro da própria camada escrava urbana. De brincadeira gerada em oposição ao trabalho servil e degradante (vadiagem), passa a ser vista como elemento indispensável no contro-le por escravos e negros libertos do ambiente de rua, um verdadeiro poder paralelo, em que vendedores ambulan-tes e *negros de ganho* (escravos que vendiam mercadoria ou serviços no espaço público) controlavam o comércio informal da cidade colonial.

Assim, a capoeira como tema histórico passou nos últi-mos anos por uma verdadeira metamorfose de significados (se bem que não consensuais dentro da comunidade de pesquisadores). E a política foi uma das dimensões novas que se abriram nos últimos tempos.

Em meu trabalho[4] esforço-me em mostrar o peso que a Guerra do Paraguai teve na transformação cultural operada na capoeira no final do século XIX. Maior conflito bélico do Brasil no século retrasado, com duração de cinco longos anos, essa guerra abriu caminho para transformações que acabaram levando ao colapso da ordem monárquica.

No fragor do combate, ela teve um impacto no imagi-nário da sociedade brasileira que perduraria por décadas. Para os pretos e pardos pobres, livres e escravos da cida-de do Rio de Janeiro, principais praticantes da capoeira na época, ela se corporificou nos batalhões recrutadores, que

(4) SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial 1850-1890*, Rio de Janeiro: Ed. Access, 1994.

No combate corpo a corpo, os fuzis de pederneira, carregados pela boca a cada tiro, eram de pouca valia após a primeira descarga. Os golpes da capoeira, aprendidos nas ruas da distante cidade do Rio de Janeiro, eram a arma de que se valia o soldado negro ou mulato brasileiro, não apenas do Rio, mas também de Recife
e Salvador. Nos campos da peleja, os capoeiras forjaram sua lenda.

A Guarda Negra: a capoeira no palco da política

vigiavam as ruas e invadiam as moradias coletivas em bus-ca de “voluntários” da pátria. Presos, enjaulados, amarrados, os negros capoeiras eram levados aos magotes a envergar as fardas do exército imperial nos campos do sul.

No combate corpo a corpo, os fuzis de pederneira, carregados pela boca a cada tiro, eram de pouca valia após a primeira descarga. Os golpes da capoeira, aprendidos nas ruas da distante cidade do Rio de Janeiro, eram a arma de que se valia o soldado negro ou mulato brasileiro, não apenas do Rio, mas também de Recife e Salvador. Nos campos da peleja, os capoeiras forjaram sua lenda.

A volta para casa foi recebida em triunfo. Saídos como marginais, obrigados a assentar praça nas fileiras de um desacreditado exército, eles retornaram como heróis. Alguns cobertos de medalhas, muitos libertos da escravidão pelo “tributo de sangue” ao servir nas forças armadas (escravos eram alforriados antes de ingressarem no serviço militar). Desmobilizados, estavam de novo nas ruas, alguns querendo reaver os “territórios” perdidos após a remessa para o *front.*

Mas a elite política tinha outros planos. Impressionados pela agilidade dos capoeiras no combate, os antigos oficiais comissionados, agora membros da elite política da cidade do Rio de Janeiro, pleitearam nas sombras transformar os ex-combatentes em aliados políticos, capangas à disposição das novas refregas do tempo de paz.

Assim, a capoeira entra no palco da política. Não a micropolítica dos escravos, como se viu nos cinqüenta anos do século XIX, mas a política dos salões, dos parti-dos Liberal e Conservador, das ante-salas do Parlamento, das eleições concorridas, dos votos cabalados, do regime parlamentarista.

Era a época da *Flor da Gente*, grupo de capoeira que dominava o bairro da Glória. Arregimentada por um importante membro do Partido Conservador – Duque-Estrada Teixeira, de **tradi**cional família política – ela entra nos embates da alta **po**lítica na eleição de 1872. A golpes de navalha, rasteira, **r**abos de arraia e cabeçadas, os capoeiras da *Flor da Gente* – veteranos de combates militares no Rio Paraguai – **va**rreram os eleitores liberais das urnas, e os candidatos **o**positores dos palanques.

A vitória **d**e Duque-Estrada para a Câmara de Deputados lançou um novo jargão na imprensa política da época: a *Flor da Gente*. O apelido nasceu quando Duque-Estrada foi interpelado no Parlamento sobre de quem era a gente que recebeu ordem para atacar nas ruas candidatos e eleitores de oposição. Ele respondeu: “Da minha gente, da flor da minha gente.” Esse apelido percorreria vinte anos da vida política da cidade do Rio. Esses **c**apoeiras não agiam somente a soldo, como denunciava a imprensa liberal da época. Eles eram **ta**mbém mobilizados pela crise da escravidão, que era mundial. Nos Estados Unidos, uma guerra civil tinha irrompido quando o presidente eleito Lincoln deixou claro

seus planos emancipacionistas. A derrota dos confederados deixou a elite brasileira sozinha no continente como mantenedora do regime do cativeiro nas Américas.

A vitória no Parlamento da Lei do Ventre Livre (1871), apoiada pelo Governo e pelo Partido Conservador, teve forte impacto no imaginário da época. Essa lei decretava serem livres os filhos de escravos e, por essa razão, foi combatida por liberais e por facções conservadores temerosas do futuro da mão-de-obra escrava nas fazendas. O Imperador Pedro II, sua filha – a regente que assinou o decreto, pois o titular do trono estava enfermo – e a liderança do Partido Conservador passaram a gozar de alto prestígio junto à população negra do Rio de Janeiro.

Os capoeiras sorviam esse clima político, passando a agir como monarquistas empedernidos, açulados por políticos por suborno, cumplicidade e impunidade frente aos desmandos da justiça e da polícia dos brancos. Assim, forjou-se essa estranha aliança: nos dias ordinários, os capoeiras dominavam as ruas, intimidando rivais, achacando vendedores, protegendo escravos fugitivos, fazendo pequenos furtos, desafiando a ordem policial com suas *maltas* (quadrilhas), gozando de proteção de seus patronos políticos, para garantir sua escapada das celas em caso de algum policial desavisado tê-los prendido.

Nos dias de eleição eles se juntavam nas redondezas dos locais de voto – na época, invariavelmente igrejas – e ataca-vam eleitores de oposição (o voto era aberto) ou fraudavam as urnas fingindo ser eleitores ausentes (os populares *fósforos*), o que costumava romper em grossa pancadaria. Também com-pravam voto e atacavam urnas em que a vitória dos oposito-res era certa.

Essa fama política logo se alastrou para outros campos. O eixo da economia do café, por volta de 1870, tinha clara-mente se deslocado para São Paulo, deixando para a província fluminense campos devastados e terra esgotada. Esses "no-vos ricos" estavam marginalizados do jogo político imperial, amplamente dominado pelas elites tradicionais do Sudeste e do Nordeste. As políticas emancipacionistas ameaçavam suas fazendas escravistas, alimentadas pelo tráfico de escravos do Nordeste e do Norte.

Eles eram a alma do Partido Republicano. Fundado em 1870, era uma agremiação insignificante, mas que reunia membros renomados da elite intelectual. Seu jornal *A Re-pública* fazia constantes ataques ao governo conservador. É nesse contexto que temos que entender o primeiro conflito envolvendo capoeiras e republicanos: a tentativa de "empas-telamento" do A República.

Em 28 de fevereiro de 1873, logo após a vitória de Duque-Estrada e de sua *Flor*, e após candentes denúncias da "promis-cuidade" entre políticos e capoeiras, o jornal é vítima de pe-dras, gritos, tentativa de arrombamento. Um "moleque" sobe na tabuleta do jornal e a pinta de preto. O Governo é acusado de cumplicidade.

Por quase toda a década de 1870, o condomínio entre políticos monarquistas e negros capoeiras deu as cartas na

Corte Imperial do Rio de Janeiro. Em 1878, a chegada ao poder dos liberais – depois de uma década de ostracismo – trouxe a primeira campanha policial contra os "capoeiras políticos", como era denunciado na imprensa. Campanha que não deu em nada.

Então, o clima político que propiciou a Guarda Negra estava presente 15 anos antes. Dom Pedro II e sua herdeira do trono, Isabel, eram vistos como simpatizantes de causas abolicionistas. Os políticos paulistas, que dominavam o Partido Republicano, eram conhecidos como irados senhores de escravos, que arrancavam *crioulos* de suas famílias no Nordes-te para serem castigados nas senzalas do Vale do Paraíba.

Essa visão não aparecia na época da *Guarda* por causa de conveniências políticas: para os defensores, era cons-trangedor filiar-se a movimentos tidos pela imprensa po-lítica como autoritários e criminosos, como eram vistos os capoeiras da *Flor da Gente* da década de 1870. Para os que atacavam, lembrar-se dessa fase recente era escapar do contexto da Lei Áurea, que podia trazer sombrias lembran-ças do passado escravista de alguns políticos "liberais".

Assim, ambos os formadores de opinião pública da época eram incapazes de compreender a raiz mais profunda que dera origem à Guarda Negra. O primeiro embate envolvendo-a foi o ataque ao comício de Silva Jardim, na Sociedade Francesa de Ginástica, na Rua da Travessa da Barreira, em 31 de dezembro de 1888. Silva Jardim percor-ria o País, financiado pelos republicanos, aproveitando-se da súbita impopularidade da monarquia frente às classes proprietárias, revoltadas com a perda de seus investimen-tos "semoventes".

Naquela noite, os membros da Guarda tentaram entrar à força no recinto onde Silva Jardim discursava. A seleta platéia de assistentes prontamente colocou-se para enfrentar

Esse Partido Capoeira expressava interesses imediatos de grupos urbanos marginalizados e trabalhadores, o repúdio aos políticos mais aferrados ao sistema escravagista e, também, uma clara identidade racial.

A Guarda Negra: a capoeira no palco da política

a “corja de assassinos”. Cercados, eles sabiam que a saída seria uma autêntica pancadaria. E realmente foi. A polícia – cuja chefia ficava a alguns metros – foi totalmente omissa. Havia sérias suspeitas de que a cilada fora armada com co-nhecimento de altos funcionários do Governo. Mas o que poucos sabiam é que o rastilho de pólvora tinha sido aceso meses antes.

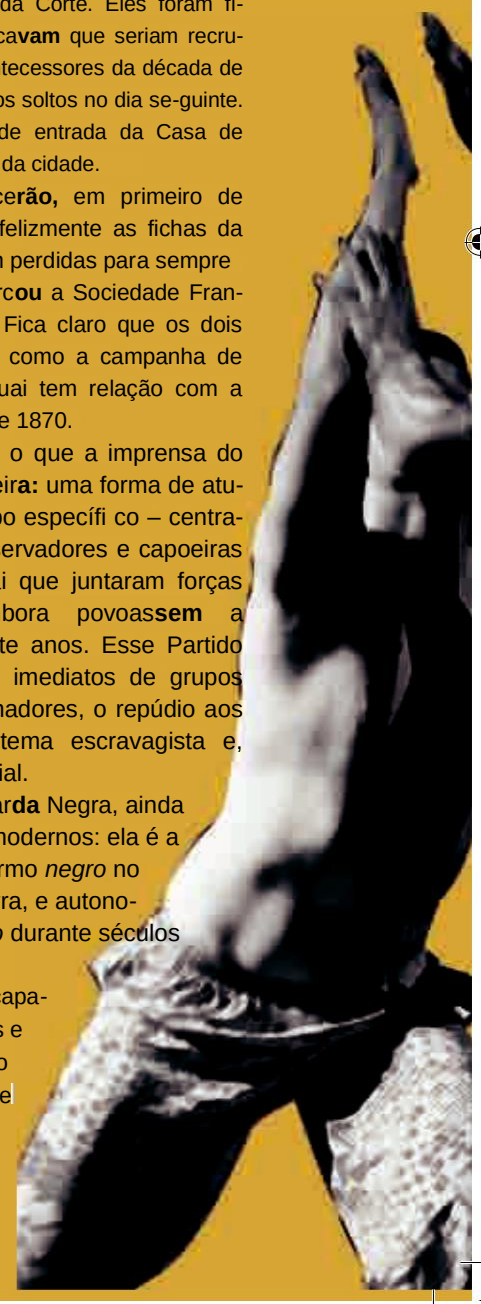
Em 12 de julho de 1888, um fato raro desponta nos anais da história da polícia carioca. Uma malta inteira de capoeiras foi presa de uma única vez. E não era uma malta qualquer. Era o grupo que dominava o Campo de Santana, grande área aberta no coração da cidade. Esse grupo era conhecido como *Cadeira da Senhora*, remetendo à ima-gem de Santa Ana, avó de Cristo, que aparecia no frontis-pício da Igreja de Santana, antes de ser derrubada para a construção da estação central da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil).

Era raro nos informes de polícia a prisão de toda uma malta, até por conta da impunidade de que gozavam graças à ligação com políticos importantes da Corte. Eles foram fi-chados e os informes de jornais indica**vam** que seriam recru-tados para o Exército – como seus antecessores da década de 1860. Mas, estranhamente, foram todos soltos no dia se-guinte. Seus nomes aparecem nas fichas de entrada da Casa de Detenção da Corte, o grande presí**dio** da cidade.

Esses mesmos nomes aparece**rão,** em primeiro de janeiro de 1889, na imprensa – infelizmente as fichas da Casa de Detenção dessa data foram perdidas para sempre – como asseclas do bando que cerc**ou** a Sociedade Fran-cesa no fatídico 31 de dezembro. Fica claro que os dois eventos estão relacionados, assim como a campanha de recrutamento da Guerra do Paraguai tem relação com a politização da capoeira na década de 1870.

O que une os dois eventos é o que a imprensa do período chamou de Partido Capoeir**a:** uma forma de atu-ação política – antes que um grupo específi co – centra-da na aliança entre políticos conservadores e capoeiras egressos da Guerra do Paraguai que juntaram forças por canais subterrâneos, embora povoas**sem** a imprensa do País por quase vinte anos. Esse Partido Capoeira expres-sava interesses imediatos de grupos urbanos margina-lizados e trabalhadores, o repúdio aos políticos mais aferrados ao sistema escravagista e, também, uma clara identidade racial.

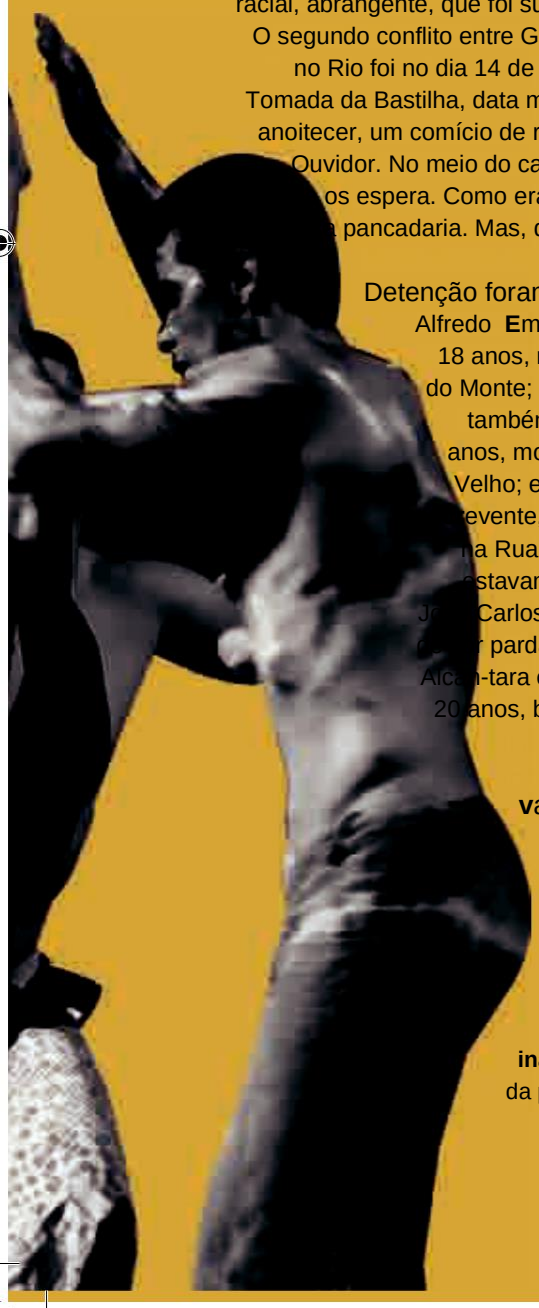
Essa é outra dimensão da Guar**da** Negra, ainda não trabalhada pelos estudiosos modernos: ela é a primeira instituição que utiliza o termo *negro* no sentido positivo e político da palavra, e autono-meado. Em outras palavras, *negro* durante séculos foi palavra fortemente pejor**ativa,** que remetia a escravo, fraqueza, incapa-cidade de luta, submissão. Africanos e crioulos ofendiam-se mutuamente no Brasil, chamando-se de *negros*. Esse



uso tem relação com o sentido nefasto de *"nigger"* nos Es-tados Unidos, até pouco tempo um palavrão no seio do movimento negro (sic) americano.

A palavra passa a ter um sentido político, não por coin-cidência no momento histórico em que os crioulos se tor-nam maioria absoluta na comunidade escrava e de negros livres do País, fenômeno apontado desde o fim do tráfico atlântico de africanos em 1850. Esses crioulos criam novos sentidos políticos – diferentes dos sentidos étnicos impri-midos pelos africanos –, sentidos estes que se cristalizam na noção de raça negra.

Assim, os *crioulos* da Guarda Negra jogam frente à ra-cista sociedade brasileira da época um sentido novo para a palavra negro, que se expressa nos artigos do jornal *Cidade do Rio*, principalmente naqueles assinados por Clarindo de Almeida, o misterioso chefe da Guarda. Esses signifi cados escapavam aos autores da época e devem ser dimensiona-dos pelos estudiosos atuais como sinais diacríticos de uma nova linguagem política, racial, abrangente, que foi subita-mente calada.



O segundo conflito entre Guarda Negra e republica-nos no Rio foi no dia 14 de julho de 1889, centenário da Tomada da Bastilha, data magna do republicanismo. Ao anoitecer, um comício de republicanos desce a Rua do Ouvidor. No meio do caminho, um grupo da Guarda os espera. Como era previsível, tudo termina em pancadaria. Mas, dessa vez, a polícia **ac**udiu e os registros da Casa de Detenção foram preservados.

Alfredo **E**mygidio Prestello, português, 18 anos, marceneiro, morador na Rua do Monte; Albino Loureiro de Carvalho, também português de Vila Real, 21 anos, morador na Travessa do Costa Velho; e Luiz Pinto Pereira, 21 anos, evente, de Minas Gerais, resi-dindo a Rua da Gamboa, todos **br**ancos, stavam do lado dos re-**pu**blicanos. Carlos Vieira, 22 anos, carpinteiro, parda, **m**orador da Rua Pedro de -tara e José Antônio, de cor preta, anos, baiano, sem ocupação, **er**am exemplos dos que forma-**v**am o outro lado.[5]

O conflito ocupou todas as manchetes dos jornais da Corte. Estava ficando claro para os setores médios da sociedade carioca o clima insuportável. Militares tam-bém se inquietavam com a **in**ação do Governo e o fracasso da polícia em estabelecer ordem na cidade. Tudo indicava que o gabinete João Alfredo era cúmplice em parte, daquela situação, e os republicanos, de algozes do regime, se tornaram vítimas de uma cons-piração urdida pelos poderosos. A Guarda Negra, de grupo simpático para alguns intelectuais, que ocupava espaço na imprensa representando essa parte normalmente excluída da sociedade (algo inédito para o Brasil naquele tempo) ga-nhava o estigma de grupo de baderneiros, desordeiros pa-gos pelo regime, "a canalha das ruas" que viviam em busca de violência e brigas. As mesmas acusações dos capoeiras da *Flor da Gente* em outros tempos.

Esse clima reforçava os pesados estereótipos raciais que circulavam contra a "raça negra". Despreparados para o regime de plena liberdade política, inaugurado em 13 de maio de 1888, deveriam ser dirimidos pelas forças da or-dem policial ou reconduzidos ao trabalho no campo, sob vigilância do Estado. Os "13 de maio", como eram chama-dos os libertos da Lei Áurea, muito pouco tempo depois da liberdade, já começavam a sentir o peso das novas limita-ções impostas pela sociedade "liberal" burguesa.

O clima de guerra racial instaurado na época da Guar-da Negra deve ter sido elemento importante no imagi-nário da alta ofi cialidade brasileira às vésperas do levante que pôs um fi m ao regime monárquico. Mas o colapso da Guarda começa antes. Em julho de 1889, no mesmo mês do confl ito da Rua do Ouvidor, o gabinete João Alfredo caía. Subia ao poder o Partido Liberal, na pessoa do Vis-conde de Ouro Preto.

O que parecia um novo começo arrastou a Monarquia ainda mais para seu melancólico fim. O Visconde tinha uma péssima reputação. Em 1880, era ministro da Fazenda, e foi dele a péssima idéia de criar um novo imposto sobre as passagens de bonde. A taxação diminuiria ainda mais os parcos ganhos da população pobre urbana. O resultado foi a Revolta do Vintém, um movimento espontâneo da popu-lação, que derrubou bondes, ergueu barricadas na cidade, enfrentou tropas do Exército. Os jornalistas da oposição – republicanos e abolicionistas – entraram em êxtase com o movimento. Depois de muitos mortos e feridos, o Ministro pediu demissão e o imposto foi cancelado. A Revolta do Vintém foi o pano de fundo para as campanhas de rua abo-licionista e republicana.

Dias após a proclamação, o generalíssimo Deodoro convocava o advogado Sampaio Ferraz para assumir a che-fia de polícia do Distrito Federal. Ele imediatamente colocou seus planos em ação.

Há tempos Sampaio acompanhava como promotor público a ação dos capoeiras. Sabia que o fim do regi-me e a instalação de um governo provisório ditatorial era o ambiente ideal para dar um fim às maltas – e, no processo, eliminar os últimos vestígios da Guarda Negra.

(5) Todas essas fichas estão no Livro de Matrículas da Casa de Detenção nº 4321, 15/07/1889, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

A Guarda Negra ainda passou cerca de um século esquecida pela historiografia. Teorias que argumentavam a "anomia social" dos negros como fi adores da sua incapacidade de enfrentarem a "nova" ordem burguesa não estimulavam estudos históricos.

A Guarda Negra: a capoeira no palco da política

Carlos Eugênio Líbano Soares. Bacharel e licenciado em História pela UFRJ. Mestre em História pela UNICAMP. Doutor em História pela UNICAMP. Professor Adjunto de História da UFBA

Em poucos meses, centenas de capoeiras, em atividade ou "aposentados" (muito velhos para entrarem em ação), foram presos da forma mais arbitrária. Encerrados na prisão de San-ta Cruz, foram jogados em um vapor e mandados para Fer-nando de Noronha, a ilha prisão do governo federal.

Em menos de um ano, Sampaio tinha dado cabo dos últimos vestígios do Partido Capoeira e, de sobra, da Guarda Negra. Em outubro, era publicado o novo código criminal da República, tornando a capoeira crime. A maioria dos capo-eiras apodrecia no meio do Atlântico. O destino final desses homens é um mistério. A Guarda Negra ainda passou cerca de um século esquecida pela historiografia. Teorias que argumentavam a "anomia social" dos negros como fiadores da sua incapacidade de enfrentarem a "nova" ordem burguesa não estimulavam estudos históricos. Precisamos esperar o fim do regime militar de 1964 para revermos alguns fatos da historiografia oficial e do tema da Guarda Negra.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Rui. *Campanhas Jornalísticas. Império (1869-1889)*, Obras Seletas. v. 6, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.

BERGSTRESSER, Rebecca Baird. *The Moviment for the Abo-lition of Slavery in Rio de Janeiro. 1880-1889*, Stanford Uni-versity Press, 1973.

DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição: esboço histórico*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1908.

GOMES, Flávio dos Santos & CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Quase-cidadão: história e antropologias da pós-emancipa-ção no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. "No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da República; a Guarda Negra na Corte, 1888-1889)" In *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 21, pp. 75-96, dezembro de 1991.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.

ORICO, Osvaldo. *O tigre da abolição*. Rio de Janeiro: s.ed. 1953.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial 1850-1890*. Rio de Janeiro: Ed. Access, 1994.

TROCHIM, Michael. "The Brazilian Black Guard: racial conflict in post-abolition in Brazil" In *The Américas*, v. XLIV, janeiro de 1988.